

VIII SEMANA NACIONAL DE HISTÓRIA CFP/UFCG

**REFLEXÕES IDENTITÁRIAS:
PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES COTIDIANAS**



SESSÃO COORDENADA 05 - ENSINO, PRODUÇÃO DO SABER E

EPISTEMOLOGIA

**COORDENADORES: MARIA LUCINETE FORTUNATO & OSMAR LUIZ
FILHO**

A HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFROBRASILEIRA NA PEDAGOGIA: REFLEXÕES

João Marcos de Souza Rodrigues¹

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Risomar Alves dos Santos²

As populações negras durante todo o século XX lutaram para se inserir efetivamente na sociedade de classe, como também se organizaram para lutarem contra as mazelas deixadas pelo período escravocrata. Entre alguns dos problemas que essa população vivenciou e vivencia até os dias atuais podemos destacar o racismo, a negação de direitos básicos, principalmente à educação.

Nesse sentido, destacamos a educação como uma das principais armas de luta dessas populações após a abolição da escravatura, pois essa de início se constituiu como um dos fatores principais para a sua inserção no novo modelo econômico que se estabelecia em nosso país. Essas populações careciam de formação mínima adequada para adentrar no mercado de trabalho que emergia na sociedade brasileira.

Outro elemento que podemos destacar como importante para essas populações, foi superação do estigma de inferioridade criado pelo processo de escravatura. Nesse sentido surgem alguns movimentos e entidades que se tornaram expoentes na luta

¹ Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. E-mail: marcosjm13@hotmail.com

² Professora Associada da Unidade Acadêmica de Educação/CFP/UFCG; Doutora em Psicologia da Educação pela PUC/SP e coordenadora do NEABIG. E-mail: risomar60@gmail.com

contra o menosprezo a que esse povo estava subordinado. Entre essas entidades e movimentos podemos citar três que marcaram e marcam a luta do povo negro no Brasil. São eles: a Imprensa Negra, o Teatro Experimental do Negro (TEN) e o Movimento Negro Unificado (MNU).

Este último, o MNU, em seu programa de ações, no ano de 1982, trouxe entre as várias propostas de luta, a introdução do ensino de História da África e Afrobrasileira nos currículos das instituições de ensino³. Essa proposta, entretanto, não se efetivou de imediato, de modo que só foi debatida após a conferência de Durban, na África do Sul em 2001, onde o Estado brasileiro reconheceu os males causados pelo escravismo as populações negras, comprometendo-se em criar medidas para superar o racismo na sociedade brasileira.

Frente a esse comprometimento, no ano de 2003, o governo brasileiro promulgou a Lei 10.639 que estabeleceu o ensino de História da África e Afrobrasileira nos currículos da Educação Básica, que em 2008 foi ampliada com a Lei 11.645, acrescentando as diretrizes para o ensino da História e Cultura dos povos Indígenas⁴. Entretanto acreditamos que essa medida ainda não se concretizou de forma efetiva na educação, ficando limitada, em muitos casos, a formação continuada de professores que atuam na Educação Básica e sendo debatida de forma insuficiente nos cursos de formação de professores.

Apesar de ainda identificarmos problemas para a sua efetivação, podemos considerar que essa Lei é uma das principais medidas para superação do racismo na sociedade brasileira, como também quebra a legitimação da cultura europeia como principal elemento de disseminação de conhecimento em nossa sociedade. Esses discursos de legitimação eurocêntrica ocorrem desde o final do século XIX, com as teorias eugênicas, que se direcionavam na busca de constituir uma identidade para o povo brasileiro, colocando tanto as populações negras, como as indígenas na condição de inferioridade, como não tendo condições de contribuir na formação de uma sociedade moderna.

Partindo dessas considerações nos propomos analisar como as discursões acerca da história da África e afrobrasileira vem sendo realizadas no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Centro de Formação de Professores

³ DOMINGUES, Petrônio. *Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos*. Tempo [online]. 2007, vol.12, n.23, pp.100-122.

⁴ Ver Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

(CFP), que toma por base o pensamento de autores estudados durante o semestre, como Hernandez (2005), Lopes (2010), Reis (2008), dentre outros, levando os discentes a problematizar a visão eurocêntrica sobre o continente africano e suas práticas culturais, bem como compreender a situação de negação criada para os povos africanos trazidos ao nosso país.

A formação do pedagogo

O curso de Pedagogia tem por finalidade, formar professores para atuarem na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Em se tratando do Ensino Fundamental, o Pedagogo precisa estar capacitado a dominar as várias áreas do currículo escolar como está explicitado nas Diretrizes Nacionais para os cursos de Pedagogia, em seu artigo 5º, IV que estabelece “o egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a: ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano” (BRASIL, 2006). Ou seja, o curso de Pedagogia, deve oferecer formação adequada para que os pedagogos possam compreender cada área do currículo, como também criar estratégias didáticas e metodológicas para mediar esses saberes aos alunos.

É tomando como base habilitações que o pedagogo deve ter para atuar nos anos iniciais do Ensino Fundamental, que este precisa estar preparado para discutir assuntos relacionados a temas transversais que perpassam todas as disciplinas do currículo escolar. Essa habilitação encontra-se explicitada nas diretrizes nacionais para o curso de Pedagogia no seu artigo 5º, parágrafos IX e X, que determina estar o profissional pedagogo apto a

IX - identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;

X - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras (BRASIL, 2006, p.2).

Em se tratando do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG/CFP – CZ, ao analisarmos o seu Projeto Político Curricular – PPC, o qual está de acordo com as diretrizes curriculares nacionais, principalmente em seu tópico oito que trata das competências e habilidades do profissional pedagogo, preconizando assim uma formação em que os estudantes devem “demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gênero, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, orientação sexual, entre outras (BRASIL, 2009, p.12).

Partindo dos apontamentos feitos nesses documentos, evidenciamos a formação do pedagogo para trabalhar aspectos relacionados as questões étnicorraciais, a qual iremos nos deter, de forma a refletir como a história da África e afrobrasileira, vem sendo debatida na disciplina de Educação, cultura e diversidade, pois, apesar dessa disciplina não ser específica para o ensino de história da África e dos negros no Brasil, busca trabalhar a questão étnicorracial a partir de uma análise histórica a respeito do continente africano, como também mostra as contribuições dos povos africanos para a formação sócio – econômica da sociedade brasileira.

Ao focarmos nessa análise histórica, estamos nos propondo a criar possibilidades para que os alunos de Pedagogia busquem se aprofundar nas questões que enfocam a luta das populações negras, promovendo uma análise crítica sobre como esses assuntos são debatidos na disciplina de História, na Educação Básica e também na universidade.

Esses elementos são importantes na formação desses sujeitos, pelo fato de, como foi colocado anteriormente, serem habilitados a trabalharem as várias disciplinas do currículo, entre elas a de História. Portanto, assumir uma visão crítica acerca de aspectos do continente africano e dos povos africanos em nosso país, pode levar a esses futuros docentes a não reproduzirem discursos racistas e de minimização das populações negras, por meio de abordagens simplistas e preconceituosas que ainda se fazem presentes nos livros didáticos e que muitos professores por não buscarem uma formação adequada, ou por não terem tido oportunidades de ter contato com tais discussões em sua formação, acabam por reproduzirem discursos enviesados, sem que estejam se relacionando com a realidade dos educandos.

Essa perspectiva metodológica que trabalhe os conteúdos de História relacionando-os com a realidade dos educandos, está inserida no primeiro ciclo do Ensino Fundamental, para o qual o profissional pedagogo está habilitado a atuar. Por

esse ciclo está direcionado para o ensino da história local é a partir dessa necessidade que os parâmetros curriculares nacionais para o Ensino de História (PCNs) estabelecem

Os estudos da história local conduzem aos estudos dos diferentes modos de viver no presente e em outros tempos, que existem ou que existiram no mesmo espaço.

Nesse sentido, a proposta para os estudos históricos é de favorecer o desenvolvimento das capacidades de diferenciação e identificação, com a intenção de expor as permanências de costumes e relações sociais, as mudanças, as diferenças e as semelhanças das vivências coletivas, sem julgar grupos sociais, classificando-os como mais “evoluídos” ou “atrasados”.

Como se trata de estudos, em parte, sobre a história local, as informações propiciam pesquisas com depoimentos e relatos de pessoas da escola, da família e de outros grupos de convívio, fotografias e gravuras, observações e análises de comportamentos sociais e de obras humanas: habitações, utensílios caseiros, ferramentas de trabalho, vestimentas, produção de alimentos, brincadeiras, músicas, jogos, entre outros (BRASIL, 1997, p.40).

Ou seja, o pedagogo para promover um processo educativo que esteja alinhado com o que está determinado nos (PCNs, 1997) e que se direcione discursões acerca das questões étnicorraciais, partindo da realidade sociocultural do educando, precisa de uma formação que o leve a uma compreensão crítica acerca da história das populações afrobrasileira e africana.

Não podemos negar que muitas práticas sociais e culturais da população brasileira, tem forte contribuições dos povos africanos, sendo que estas não estão distante da realidade de grande parte dos educandos. Isso nos leva a reafirmar que o pedagogo só terá condições de promover um processo educativo ligado a tais temáticas, principalmente na disciplina de história, se este tiver uma formação crítica aprofundada acerca desses assuntos. A autora Júnia Sales Pereira ao discutir sobre a formação de professores para o ensino de história e seus fundamentos mediante determinação da Lei 10.639 afirma

A demanda pelo ensino de conteúdos específicos – nesse caso, do ensino de história e cultura indígena, africana e afro – brasileira – requer uma tradução, pela ação docente em história. Não somente por sua introdução no currículo escolar, mas, sobretudo, por uma recomposição de concepções de história – a partir de então pautadas pela revisão de recorrentes abordagens eurocêntricas e colonialistas (PEREIRA, 2010, p.174).

Compreendemos que as colocações da autora se direcionam para práticas de professores de História, entretanto reafirmamos que os pedagogos também são habilitados para o ensino de História, de modo que constatamos a necessidade e nos perguntamos se os cursos de Pedagogia estão realmente formando profissionais que estejam capacitados para o ensino de história, principalmente no que diz respeito a buscar um novo olhar acerca de alguns conteúdos abordados nos livros didáticos, referente às populações negras.

Levantamos tais questionamentos pelo fato de termos evidenciado, que grande parte dos alunos que cursaram a disciplina de Educação, Cultura e Diversidade, afirmaram nunca terem tido a oportunidade de estudar de forma mais abrangente a história dos povos africanos e afro-brasileiros, ficando limitados a verem simplesmente como escravos passivos ao processo de escravatura, como eram abordados nos livros didáticos.

Essa problemática nos leva a constatar o grande desafio que está posto para nós educadores, pois essa formação simplista acerca da história das populações africana e afrobrasileira na Educação Básica, não é exclusividade dos alunos do curso de Pedagogia, mas de todos os cursos de licenciatura. E isso nos chama atenção pelo fato desses alunos chegarem na universidade com visões deturpadas acerca dessas populações, como também imbuídos de preconceitos com relações a esses povos, principalmente motivados por suas práticas religiosas e culturais.

Essas visões em grande medida não estão sendo realmente superadas no processo de formação desses sujeitos o que nos chama a responsabilidade. Portanto, se nós, enquanto futuros educadores não nos propusermos nas instituições de ensino superior, a pesquisarmos e compreendemos tal processo histórico, conseqüentemente iremos reproduzir discursos vagos e preconceituosos acerca dessa temática, nas escolas em que iremos atuar.

História da África e Afrobrasileira na Pedagogia

Não perdendo de vista a proposta desse trabalho, a partir das reflexões que já fizemos ao abordar a formação do pedagogo, e as problemáticas inerentes a como este profissional está sendo formado para discutir aspectos sobre o ensino de educação etnicorracial, sendo que para isso necessita de um conhecimento mais abrangente sobre a história dos povos do continente africano, e de suas contribuições em nosso país.

buscaremos a partir de agora, fazer uma reflexão sobre os conteúdos de história da África e afrobrasileira que são discutidos na disciplina de Educação, cultura e diversidade.

Para melhor análise dessa discussão tomaremos como base a metodologia de estudo dos textos utilizados em sala, onde foi proposto primeiramente um esboço sistemático sobre o continente africano, seus povos e a problemática do colonialismo, para em seguida adentrar nas discussões inerentes as contribuições dos povos africanos para a formação da sociedade brasileira.

A disciplina em seu caráter didático metodológico evoca inicialmente um estudo sobre as concepções históricas que se constituem sobre o continente africano na transição do século XIX para o século XX. Essa abordagem busca problematizar preceitos do pensamento ocidental moderno que foram decisivos na legitimação de noções deturpadas sobre as populações africanas e do colonialismo, se perpetuando essas noções até o tempo presente (HERNANDES, 2005, p.18), ao abordar sobre essas concepções afirma

[...] o conjunto de escrituras sobre a África, em particular entre as últimas décadas do século XIX e meados do século XX, contem equívocos, pré-noções e preconceitos decorrentes, em grande parte, das lacunas do conhecimento quando não do próprio desconhecimento sobre o referido continente. Os estudos sobre esse mundo não ocidental foram, antes de tudo, instrumentos de política nacional, contribuindo de modo mais ou menos direto para uma rede de interesses políticos – econômicos que ligavam as grandes empresas comerciais, as missões, as áreas de relação exteriores e o mundo acadêmico.

As análises da autora avocam para a necessidade de se ter uma visão mais crítica acerca das produções científicas feitas nesse período e como estas interferiram diretamente no pensamento de vários teóricos brasileiros. Suas considerações, também põe em xeque uma análise sobre a atual situação de alguns países africanos, que se fundaram a partir de um processo histórico de exploração, principalmente por parte do ocidente com a expansão do capitalismo.

Ao longo do processo histórico de desenvolvimento do continente africano, muitos foram os pesquisadores e exploradores europeus que se propuseram adentrá-lo, na busca de conhecer suas histórias. Entretanto, muitos desses pesquisadores não viam esse continente como um local onde se desenvolveu civilizações que tinham estruturas

políticas consolidadas, ou reinos que desenvolveram complexos sistemas de desenvolvimento econômico, como também de produção tecnológicas.

Portanto, as visões que esses sujeitos tiveram do continente africano, se pautava em ver as populações que ali se desenvolviam como seres exóticos, seres que não tinham condições de se equiparar aos povos europeus. Tais visões também foram substanciais para que esses sujeitos criassem ideias preconceituosas sobre as populações que ali existiam, como também buscaram classificá-las. Lopes ao tratar sobre esses sujeitos nos traz o seguinte apontamento

Existiram antropólogos que, principalmente no século 19, estudaram as populações da África, como se tivessem observando e classificando os habitantes de seu próprio país. Sobre o continente negro, como sobre seus próprios países, catalogaram as pessoas com uma mistura de excitação científica e de espanto por vezes maldoso. Os antropólogos inventaram a admiração criminosa e provocaram em África consideráveis estragos, pois seus trabalhos por vezes impregnaram tão profundamente os espíritos, que acabaram servindo de justificativa para os genocídios perpetrados no século 20. A classificação das populações e as hierarquias que entre elas receberam foram utilizadas por aqueles que organizaram o massacre de cerca de um milhão de pessoas na maioria Tutsis, em Ruanda, no ano de 1994 (LOPES, 2009, p19).

Deste modo, a disciplina ao abordar conteúdos referentes a história do continente africano, não buscou se aprofundar na constituição das sociedades que o compõe, mas em mostrar como a interferência dos europeus no continente, contribui para que até hoje ainda se propague guerras, exploração de populações, genocídios, etc. Contudo estes problemas não são tomados como algo que comova a população mundial ou que as façam refletir sobre as sérias condições em que alguns países ainda vivem atualmente. Ou seja, processo histórico de negação e de inferiorização do continente africano, tem papel fundamental para que tais atitudes existam e sejam vistas como normais.

Outro aspecto que também destacamos como essencial na compreensão do processo de colocar o continente africano em um estigma de submissão ao ocidente, é a inserção do pensamento capitalista “que se insere de modo mais ou menos consentido no continente (LOPES, 2009, p.22)”.

Essa colocação nos mostram mesmo que de forma sintética, muito do que ainda se tem abordado sobre o continente africano, reside de visões deturpadas sobre esse continente, como também nos faz refletir sobre as mazelas do processo de colonização

em que este ainda encontra-se submetido, principalmente com a inserção do capitalismo em alguns países. Esse modelo econômico otimiza a miséria e a exploração das riquezas desses povos africanos minando suas forças e fazendo com que eles não consigam se emancipar e se libertar das dependências do ocidente. Lopes ao refletir sobre esse processo de negação em que foi colocado o continente africano, nos traz a seguinte reflexão

A especificidade da África reside certamente no fato de que ela jamais teve verdadeiramente direito à palavra e que o Ocidente, aliás, se dedicou a impedir de falar todos aqueles que pensavam diferentemente e queriam seguir outras vias. Das guerras coloniais aos assassinatos políticos da época moderna – por exemplo, o do congolês Patrice Lumumba, assassinado com a ajuda do colonizador belga em 1962, e do burkinafaso Thomas Sankara eliminado certamente com o consentimento da França em 1987 – o Ocidente se julga autorizado a fazer uso de todos os métodos para impor sua visão de mundo e para pilhar a África de suas enormes riquezas (LOPES, 2009, p.23).

Seguindo a linha metodológica da disciplina, a partir do momento que as discussões sobre o continente africano foram feitas, introduziram-se discussões sobre algumas contribuições dos povos africanos na formação da sociedade brasileira, tendo em vista que a maioria dos estudantes da disciplina não tiveram a oportunidade de terem essas discussões no seu processo de formação básica. Desse modo, tratou-se dessas contribuições, problematizando aspectos culturais, sociais, econômicos da sociedade brasileira, buscando fazer com que se compreenda o processo de ressignificação de práticas trazidas do continente africano, pois” a adaptação de saberes e culturas à nova realidade foi fundamental para a sobrevivência e a abertura de espaços de negociação com os senhores (REIS, 2006, p. 40).”

A partir dessa perspectiva, a autora evoca uma discussão acerca do trabalho dos povos africanos aqui escravizados, buscando chamar a atenção para uma análise sobre os saberes dessas populações, mostrando que estes não estavam associados somente a saberes práticos da força física de trabalho, mas também ao uso do intelecto de forma a criarem estratégias para conseguirem sobreviver em meio as situações degradantes a que foram submetidos e é a partir de tais proposições que a autora afirma

[...] todas as contribuições dos africanos para nossa formação sociocultural podem ser mensuráveis. As contribuições mais evidentes estão nas manifestações da cultura material – expressas nas construções edificadas, como igrejas, fortes e casarões, ou na

fabricação de objetos como esculturas, imagens de santos, artesanatos variados, adornos pessoais, instrumentos musicais, ritmos e músicas, fabricação de cestos de palhas e no emprego das técnicas de mineração e siderurgia (REIS, 2009, p.42 – 43).

Fica evidente a partir das apreciações que toda a cultura brasileira perpassa os africanos, saberes que ainda hoje se exprimem nas práticas cotidianas, mas que nos passam despercebidos devido a todo processo de suplantação dos elementos culturais desses povos, tantos os trazidos do continente africano, como os que foram criados aqui.

Essas exposições nos chamam a atenção para uma análise sobre o fato das contribuições africanas serem negadas historicamente, e como esse processo tem se dado até os dias atuais em nossa sociedade. Acreditamos que entender como as populações afrodiáspóricas tiveram papel efetivo na constituição cultural e social que hoje nos é apresentada no Brasil, traz para os futuros docentes a oportunidade de criarem estratégias metodológicas que não se expressem apenas em uma vertente interdisciplinar, e que dialogue com a realidade dos educandos, pois muitos desses saberes estão no âmbito do saber popular e não são contemplados nos currículos escolares, mas nas práticas cotidianas da vivência desses alunos.

Entretanto, essas propostas de desenvolvimento de uma prática pedagógica que se direcione a problematizar as contribuições afrobrasileiras e africanas para a formação sociocultural brasileira, tem que está no âmbito de não desmerecer outros conhecimentos, pois até mesmo os conhecimentos que já são hegemônicos nos currículos como os de cunho eurocêntricos precisam ser considerados, como também podem ser utilizados para fazer com que os educandos possam refletir e perceber que tais conhecimentos tem o mesmo valor que os advindos dos povos africanos e afrodescendentes.

Considerações

Ao analisarmos os aspectos referentes a abordagem das discussões sobre a história da África e das populações afrobrasileiras no curso de Pedagogia, percebemos que as mesmas são feitas de forma muito limitada. Isso em sua grande maioria se deve ao fato do curso não dispor de uma disciplina específica para trabalhar esses assuntos, ao ponto que eles discutidos de forma rápida em uma disciplina que busca fazer a ponte entre os conteúdos diversos referentes a raça, etnia, gênero e sexualidade.

Portanto, se torna difícil fazer com que os alunos possam ter uma real compreensão crítica acerca da história das populações africanas e afrobrasileiras, como também despertem a concepção de tomarem a abordagem desses temas em suas práticas docentes, como engajamento político na luta pela superação do racismo, em suas várias formas, e da superação da exclusão socioeconômica a que essa população vem sendo colocada historicamente em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia**, licenciatura. Resolução CNE/CP 1/2006. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de maio de 2006, Seção 1, p. 11.
- BRASIL. Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia: **Curso de Graduação em Pedagogia/CFP/UFCG**. Jan. 2009.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997
- HERNADEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. A África Inventada. In: **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005. p. 17 – 43.
- LOPES, José de Sousa Miguel. O ocidente poderá ouvir a voz que vem da África? In: **Educação e cultura africanas e afro – brasileira: Cruzando o oceano**. Tela e Texto: Belo Horizonte, 2009. p. 19 – 27.
- PEREIRA, Júnia Sales. Tesões identitárias e reconfiguração do passado histórico na prática das Leis 10.639/03 e 11.645/08 In: FUNES, Eurípides. et. al.(Org). **África, Brasil, Portugal: História e Ensino de História**. Fortaleza: Editora da UFC/Expressão Gráfica e Editora, 2010. p. 168 – 192.
- REIS, Liana Maria, Africanos no Brasil: saberes trazidos e ressignificações culturais. In: AMANCIO, Iris M. da Costa. (Org). **África – Brasil: matrizes, heranças e diálogos contemporâneos**. Belo Horizonte: Editora da PUC Minas 2008. p. 39 – 59.